



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Carlos Portinho

**EMENDA Nº - CCJ**  
(ao PLS nº 68, de 2017)

Dê-se ao § 3º do art. 83, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017, a seguinte redação, bem como, inclua-se os novos §§ 4º a 7º, renumerando-se os demais:

**Art. 83.** .....

.....

§ 3º O valor da cláusula compensatória desportiva a que se refere o inciso II do caput deste artigo será livremente pactuado entre as partes e formalizado no contrato especial de trabalho desportivo, observando-se, como limite máximo, 400 (quatrocentas) vezes o valor do salário mensal no momento da rescisão e, como limite mínimo, o valor total de salários mensais a que teria direito o atleta até o término do referido contrato.

§ 4º A cláusula compensatória desportiva será paga pelo clube em favor do atleta em parcelas mensais iguais e sucessivas até o termo final do contrato originalmente pactuado e será devida a partir da rescisão do contrato de trabalho.

§ 5º Caso no curso do pagamento da cláusula compensatória esportiva o atleta celebre novo contrato de trabalho com distinta organização de prática desportiva, será a organização de prática esportiva anterior remida do pagamento das parcelas finais da cláusula compensatória esportiva, quando o salário do atleta com a nova organização desportiva for igual ou superior aquele que recebia anteriormente, ou, caso seja inferior, será devido pela organização de prática esportiva anterior somente a sua diferença, seguindo o parcelamento em curso apenas pelo saldo.

§ 6º Ocorrendo o atraso no pagamento das parcelas da cláusula compensatória esportiva superior a três meses, vencer-se-á automaticamente toda a dívida.





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Carlos Portinho

§ 7º A cobrança judicial da cláusula compensatória esportiva sujeita-se ao seu comprovado inadimplemento nos termos do § 6º.

.....

.....

## JUSTIFICAÇÃO

A lei estabeleceu como valor mínimo da cláusula compensatória esportiva o valor correspondente ao saldo restante do contrato. Desta feita, justo que ocorrendo a rescisão antes do seu termo o seu pagamento possa ocorrer em parcelas até a data final do contrato originalmente pactuado porque assim ocorreria se cumprido o contrato até o seu termo final, não se justificando a antecipação dos valores e da expectativa do seu recebimento na data da rescisão, salvo naturalmente acordo entre as partes, o que se preserva.

Desta forma, permite-se ao clube o melhor planejamento do pagamento como fora o seu planejamento inicial no ato da contratação do atleta, assim como o atleta receber os valores na forma e prazo como igualmente pactuou quando da celebração do seu contrato com o clube.

Ademais, a prática revela que ocorre com maior frequência a contratação do atleta por outra agremiação após a rescisão com o clube anterior, muitas vezes com salário igual ou superior ao que recebia, razão pela qual não se identifica nesses casos prejuízos financeiros ao atleta se remir o seu empregador original do pagamento das parcelas restantes da cláusula compensatória porque o mesmo valor ou maior passa a receber do seu novo clube.

Se a contratação pelo novo clube ocorrer com o pagamento de salário inferior aquele que antes recebia, configurando ao atleta prejuízo financeiro, justifica-se o pagamento da diferença proporcional ao da parcela



SF/22437.30458-49



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Carlos Portinho

mensal da cláusula compensatória cujo pagamento está em curso, para lhe ressarcir da diferença em relação ao seu novo salário, porque inferior.

Certamente que o inadimplemento das parcelas da cláusula compensatória superior a três meses deve decretar o vencimento antecipado da dívida e o termo para a sua cobrança em juízo para que não favoreça o devedor, decaindo o benefício que lhe confere o parágrafo quarto que lhe permite o melhor planejamento e busca justamente o cumprimento regular da sua obrigação.

As alterações buscam maior equilíbrio de acordo com a realidade da relação clube e atleta, desonerando o clube caso o atleta consiga a sua recolocação noutro se por salário igual ou superior ao anterior, e compensando o atleta com a diferença quando inferior o salário na sua nova agremiação.

Noutro giro, em relação ao atleta busca evitar o enriquecimento indevido, na medida em que se verifica que muitos atletas acumulam vultosas multas compensatórias mesmo estando empregado em outras agremiações e sucessivamente, o que dá causa a situação de endividamento extremo dos clubes e o enorme número de demandas judiciais que se acumulam sem solução.

Por fim, registra-se que essa emenda está alinhada aos parâmetros internacionais constante do Regulamento sobre o Estatuto e a Transferência de Jogadores – RSTP constante das normas da Federação Internacional de Futebol – FIFA.

Diante da importância desta emenda, peço apoio dos pares para sua aprovação.

Sala das Comissões,

**Senador CARLOS PORTINHO**



SF/22437.30458-49